



ATA N.º 9/2026

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2026
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 23 DE JUNHO DE 2026

-----No dia 23 de junho de 2026, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de junho de 2026 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no dia 22 de junho de 2026 e que faltam tratar os seguintes Pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta referente à transferência de recursos para as Freguesias de São Gonçalo de Lagos, Odiáxere, Luz, Bensafirim e Barão de São João;*
- PONTO 4 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de Protocolo de Delegação de Competências da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., no Município de Lagos;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de composição do Conselho Municipal de Educação de Lagos Mandato 2025-2029;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de emissão de Declaração de Interesse Público Municipal - Associação Monte Micael;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de implementação da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse (DICI) na Assembleia Municipal;*
- PONTO 9 - *Apreciação do Relatório Municipal da Habitação de 2025;*
- PONTO 10 - *Apreciação dos documentos da Sessão Ordinária de abril de 2026 da Assembleia da Juventude, realizada em 24 de abril de 2026.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Paula Couto (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 36 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca
PS	Eduardo Seabra Carmo Ribeiro
PS	Fábio José Leal Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	José Manuel da Silva Jácome 2.º Secretário
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 139v.

PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto Presidente
PS	Patrícia Filipe Fernandes da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos)
PS	Rui Manuel Imaginário Maurício (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sofia Isabel de Jesus Domingos dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo 1.ª Secretária
AD	Armando Miguel Simões da Silva
AD	Carlos Miguel dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
AD	João Pedro Catarino Campos
AD	Maria João de Lacerda Caetano
AD	Nuno José Nobre Serol Bento Rocha
AD	Rui Filipe Machado de Araújo
CHEGA	Carlos Alberto dos Santos Carmelino
CHEGA	Margarida Maurício Correia
CHEGA	Mário João da Luz Santos
CHEGA	Sandra Maria Francisco Marques de Carvalho Oliveira
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
CDU	Daniel Rodrigo Pinto José

-----**ENTROU NO DECORRER DA REUNIÃO**, no momento assinalado na Ata, a seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA MEMBRO
PS	Rita Sofia Marreiros de Meneses Toste

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**



GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	José António dos Santos Guerreiro	Sessão	Rita Sofia Marreiros de Meneses Toste
CHEGA	Diná Ester dos Reis Graça	Reunião	Dênio Soares de Abreu
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira	Reunião	Daniel Rodrigo Pinto José

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Dênio Soares de Abreu	Reunião	Paulo Jorge Coelho

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma, foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pela seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	REUNIÃO
CHEGA	Paulo Jorge Coelho	23/06/2026

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira – Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis – Vice-Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho – Vereadora
PSD	Gilberto Repolho dos Reis Viegas – Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques – Vereador

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA REUNIÃO, DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis – Vereador
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias – Vereador

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

-----PONTO 3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA AS FREGUESIAS DE SÃO GONÇALO DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 140v.

LAGOS, ODIÁXERE, LUZ, BENSAFRIM E BARÃO DE SÃO JOÃO: Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-711-12.-

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, lembrou que este tema já tinha sido submetido à apreciação da Assembleia Municipal. No entanto, foi detetada a necessidade de retificar o documento, uma vez que tinha sido utilizada uma taxa da Segurança Social aplicável a entidades sem fins lucrativos, quando o valor em causa deveria ter por base a taxa aplicável às Juntas de Freguesia.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Bensafirim, Carlos Vieira (AD), referiu que quem trabalha em proximidade com a população é quem conhece as suas reais necessidades e que, procurando-se este tipo de apoios, a posição da Junta de Freguesia seria sempre assertiva, positiva e colaborante. Revelou que todos desejavam que este processo corresse bem; no entanto, para que esta descentralização fosse real e eficaz, deveria ter sido discutida mais aprofundadamente e ter uma maior amplitude. Referiu que descentralizar com sucesso significava olhar para o território e avaliar as suas necessidades específicas, em vez de adotar uma abordagem homogénea. Lembrou que os equipamentos das várias freguesias, como os cemitérios e os mercados, têm infraestruturas diferentes que albergam comércio, serviços e outras atividades específicas de freguesia para freguesia, o que obriga a um acompanhamento das especificidades de cada território, algo que, com uma visão mais genérica, não é acautelado. Considerou que as Juntas de Freguesia deveriam estar melhor capacitadas juridicamente, uma vez que, por não disporem dos meios técnicos necessários para fazer uma avaliação mais segura, as suas decisões se tornam mais inseguras, sobretudo quando a Câmara Municipal nem sempre dá uma resposta em tempo útil, o que coloca em causa a segurança dos atos praticados. Relativamente às verbas atribuídas para fazer face às competências, disse que deveria haver um maior investimento na manutenção dos materiais necessários ao seu exercício, uma vez que, caso os valores não acompanhem a inflação, tal trará constrangimentos para as Juntas de Freguesia. Lembrou que, face aos custos, as empresas não se estavam a candidatar a concursos com valores inferiores a 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros), o que põe em causa a limpeza do território. Indicou o sentido de voto e concluiu alertando que, apesar da proximidade do Município com as Freguesias, era necessário unir sinergias e reforçar os canais de comunicação, de forma a obter os meios técnicos e um envelope financeiro mais robusto, permitindo dar um apoio digno às comunidades.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João, Fábio Gonçalves (PS), referiu que as novas Juntas de Freguesia, após a desagregação, ficaram com várias dificuldades, mas que, pelo que tem acompanhado na ANAFRE, se verifica que todas as freguesias enfrentam os mesmos problemas, uma vez que, do Orçamento do Estado, têm direito, no total, a apenas 1%, ou seja, 500.000.000,00 € (quinhentos milhões de euros), o que é manifestamente insuficiente. No entanto, o Município de Lagos, através desta transferência de recursos, que representa a maior fonte de financiamento das Freguesias, atribui 89.000,00 € (oitenta e nove mil euros) à Freguesia de Barão de São João e 122.000,00 € (cento e vinte e dois mil euros) à de



Bensafrim, enquanto as restantes recebem pouco mais do que este último valor, o que não chega para fazer face às despesas com os vencimentos dos colaboradores. Informou que esta transferência de recursos tem por base o Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que define as áreas em que os Municípios podem transferir recursos, enumerando-as. Disse que as Freguesias deveriam negociar mais competências e considerou que, futuramente, deveria existir outro tipo de diálogo com o Município. Indicou o sentido de voto e agradeceu a abertura demonstrada nas várias reuniões, nas quais algumas das solicitações das Freguesias foram atendidas.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) indicou o sentido de voto e questionou se os cemitérios de Barão de S. João, Odiáxere e de Bensafrim eram municipais e, em caso negativo, a quem pertenciam.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, lembrou que, apesar de este documento já ter sido objeto de uma retificação, era a primeira vez que a proposta era submetida à votação deste órgão. Lamentou que o Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, seja tão limitador dos apoios que os Municípios podem conceder às suas Freguesias e explicou que, antes da entrada em vigor deste diploma, os Municípios tinham maior margem de negociação e, naturalmente, podiam compensar melhor as Freguesias no âmbito das delegações de competências. Lembrou que todas as verbas que o Município transfere para as Juntas de Freguesia têm de ser devidamente justificadas, dando alguns exemplos. Explicou que era importante que as empresas ajustassem antecipadamente os valores para o ano seguinte, para que estes pudessem ser comunicados à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), sendo que esse valor, em vez de ser transferido para o Município, seria transferido diretamente para as Juntas de Freguesia. Disse que o financiamento proveniente do Orçamento do Estado era insuficiente e que a ANAFRE estava a reivindicar outras medidas para melhorar esta situação, permitindo que as Freguesias assumissem mais competências e fossem devidamente compensadas financeiramente, como acontecia, por exemplo, com as feiras de Barão de São João e de Bensafrim. Relativamente aos cemitérios e mercados, explicou que, há cerca de trinta anos, tinha sido celebrado um acordo através do qual as Juntas de Freguesia passaram a assegurar a sua gestão. No entanto, quando se trata de realizar investimentos nestas infraestruturas, é o Município que financia as respetivas obras, dando alguns exemplos.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) questionou por que motivo os mercados constavam dos autos de transferência de competências, ao contrário dos cemitérios. Perguntou ainda por que razão não existia uma verba específica destinada ao investimento nos cemitérios e se as respetivas taxas seriam para as Juntas de Freguesia.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim, Carlos Vieira (AD), lembrou que a desagregação das Freguesias implicou a divisão do material afeto às mesmas, trazendo consigo alguns desafios, situação que se verifica em todo o país, uma vez que o Fundo de Financiamento das Freguesias se esqueceu desta desagregação.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, esclareceu que o Fundo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 141v.

Financiamento das Freguesias quase se tinha esquecido de transferir as verbas para as novas Freguesias, tendo o Município de antecipar esses valores para que pudessem ser pagos os vencimentos dos funcionários, o que considerou uma grande «falta de respeito» pelas Juntas de Freguesia. Relativamente às taxas dos cemitérios, respondeu que a respetiva gestão competia às Juntas de Freguesia. Quanto à questão dos autos de transferência, explicou que os cemitérios não constavam desses autos porque a lei assim o determinava. No entanto, foi possível que as Juntas de Freguesia continuassem a gerir os cemitérios graças ao protocolo celebrado há cerca de trinta anos. Informou que a discussão sobre a gestão dos cemitérios teria de ser retomada e analisada de forma mais abrangente, uma vez que se trata de locais cuja gestão dos recursos humanos é particularmente difícil. No caso das Juntas de Freguesia, acresce ainda a necessidade de contratar máquinas para a realização dos trabalhos. Por esse motivo, considerou que este assunto deveria ser tratado com cautela, por se tratar de uma matéria muito sensível.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) considerou que deveria existir uma harmonização das taxas no Município e questionou se, caso pretendesse adquirir um jazigo em vida, deveria dirigir-se à Junta de Freguesia.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que, no caso de Lagos, não era possível adquirir um jazigo em vida. No entanto, explicou que cada cemitério tinha as suas próprias regras e que, no caso de Bensafrim, deveria questionar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim se lhe era possível vender ou se algum regulamento o previa.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) informou que a cedência de terrenos para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas era da competência do Sr. Presidente da Câmara Municipal, não podendo esta competência ser delegada. Estranhou que os custos dos materiais e equipamentos se mantivessem iguais aos do período anterior, uma vez que, na realidade, os preços tinham aumentado. Relativamente às freguesias rurais, lembrou que estas não tinham dimensão suficiente para dispor dos meios técnicos e jurídicos necessários. No entanto, no caso dos licenciamentos de pirotecnia, considerou que estes deveriam ser avaliados pela Proteção Civil Municipal. Disse ainda que, nos autos de transferência, deveria constar o valor suportado pelo Estado e a categoria dos funcionários das Juntas de Freguesia, bem como a previsão da contratação de novos colaboradores. Acrescentou que os documentos deveriam incluir um sumário executivo, de forma a facilitar a sua leitura e compreensão.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que existiam princípios que estabeleciam os preços de referência, não podendo as Juntas de Freguesia vir a suportar um valor superior ao definido. Acrescentou que todos os valores constantes deste documento tinham sido discutidos entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Três da Ordem do dia: **PROPOSTA REFERENTE À TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA AS FREGUESIAS DE SÃO GONÇALO DE LAGOS, ODIÁXERE, LUZ, BENSAFRIM E BARÃO DE SÃO JOÃO.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 102/AM/2026:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, com 25 votos a favor dos Grupos Municipais do



PS (Carlos Fonseca, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Sofia Santos e Sónia Melo), da AD (Carlos Vieira, João Campos, Maria João Caetano, Miguel Silva, Nuno Rocha e Rui Araújo), do CHEGA (Carlos Carmelino, Margarida Maurício, Mário Santos e Sandra Oliveira), da LCF (Rui Rodrigues) e da CDU (Daniel José), aprovar a proposta de transferência de recursos para as Freguesias de São Gonçalo de Lagos, Odiáxere, Luz, Bensafrim e de Barão de São João, conforme apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada nas suas reuniões públicas ordinárias realizadas nos dias 15 de abril de 2026 e 6 de maio de 2026, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----**ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta votação entrou a seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA MEMBRO	HORA
PS	Rita Sofia Marreiros de Meneses Toste	21.07

-----**PONTO 4 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-711-13.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) referiu que este documento deveria evoluir, de forma a permitir perceber a evolução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), bem como o ponto de situação da implementação das deliberações tomadas por esta Assembleia. Lembrou que, no dia 19 de março de 2026, o Grupo Municipal da AD tinha enviado um requerimento sobre o preocupante estado de degradação do molhe adjacente ao Forte da Ponta da Bandeira. Informou que este tema tinha sido debatido em sede de Reunião de Câmara, a 22 de dezembro de 2025, conforme consta da Ata n.º 23/2025, onde o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha referido o seguinte: «Em relação ao molhe, foram feitos vários contactos e foi dito pelo Governo Central que a situação não será resolvida através de um concurso para desassoreamento de cotação.» Lamentou que, mais uma vez, os requerimentos não tivessem obtido resposta, pois, caso tivesse sido respondido, teria sido mais fácil compreender esta situação. Disse ser incompreensível que as Reuniões de Câmara não fossem transmitidas online, considerando que tal seria fundamental. Não compreendia como era possível as reuniões da Assembleia Municipal serem transmitidas e as da Câmara Municipal, sendo realizadas no mesmo local, não o serem. Lembrou que o Sr. Vereador Gilberto Viegas tinha apresentado provas documentais sobre a entidade responsável pela reparação do molhe e recorreu ao Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, cujo artigo 18.º estabelece que os molhes de proteção portuária são da responsabilidade da DGRM. No entanto, referiu que subsistiam dúvidas sobre se o molhe em causa desempenhava essa função. Nesse sentido, lembrou que, na transferência de

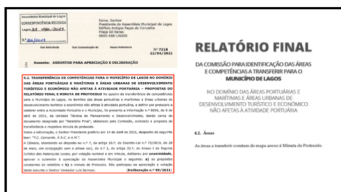
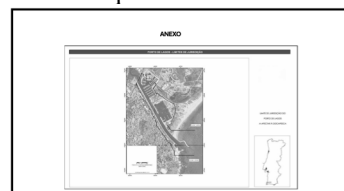
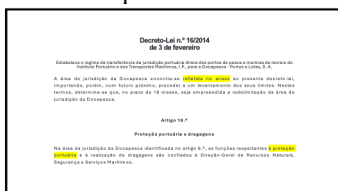


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 142v.

competências da Docapesca para o Município, constava da informação que os molhes passariam para a responsabilidade da Autarquia, questionando para quando estava previsto o início das obras nos molhes.-----

-----Durante esta intervenção foram apresentados os seguintes diapositivos:



-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse pensar que a cidade já tinha percebido que se fazia aquilo que era possível. Sobre a situação do molhe, informou que se tratava de uma situação com três anos e que, após muita insistência do Município junto do Ministério do Ambiente, tinha sido conseguida a requalificação do acesso à Praia do Pinhão e da escadaria do Canelas, apesar de ainda não haver uma data prevista para o início da intervenção. Explicou que, se a situação do molhe fosse da responsabilidade do Município, há muito tempo que estaria resolvida. Referiu que, se o Governo não tivesse capacidade para resolver a situação, deveria assumi-lo e transferir essa competência para a Autarquia. Justificou que, quando afirmou que o Presidente da Docapesca era incompetente, tal se devia ao facto de ter sido enviado um e-mail, sem assinatura, que contrariava o que tinha sido anteriormente comunicado pela Docapesca, em concordância com a DGRM, dando alguns exemplos. Disse que a DGRM tinha informado que, no âmbito de um investimento de 7.000.000,00 € (sete milhões de euros), iria proceder à dragagem de todos os portos do Algarve e que tinha definido os molhes de Lagos como uma intervenção prioritária. Informou que, no e-mail enviado pela Docapesca, era referido que esta entidade ficaria apenas com a responsabilidade pela pesca, o que não implicava a realização de obras nos molhes. Lembrou que essas intervenções eram da competência da DGRM. Informou que o Ministério do Ambiente tinha autorizado a transferência da competência para intervir no acesso à Praia do Pinhão, ao contrário do que acontecia com os molhes, permitindo, nesse caso, que o Município se substituísse ao Governo Central. Referiu que, face à inércia da DGRM, a Autarquia estava a preparar uma ação judicial contra aquela entidade, de forma a obrigá-la a avançar com a obra. Sobre a dragagem do rio, lamentou que também não tivesse sido cumprido o compromisso assumido, uma vez que a intervenção estava prevista para os meses de junho e julho. Informou que o Município se iria substituir à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para realizar as intervenções necessárias, quer na Praia do Camilo, quer na escadaria da Ponta da Piedade.-----



F1. 143

-----O Sr. Daniel Jose (CDU) lembrou que, a 11 de junho de 2025, tinha sido assinado um contrato de consultoria para a deslocalização do Aeródromo Municipal de Lagos, com um prazo de execução de 548 dias e um valor de 19.500,00 € (dezanove mil e quinhentos euros). Apesar de o prazo ainda estar a decorrer, referiu que, na opinião pública, se tinha vindo a comentar que a localização mais provável seria em Barão de São João, questionando se tal correspondia à realidade. Questionou ainda para quando estava prevista a abertura de um novo concurso para a requalificação da Escola Conde de Ferreira e da zona envolvente à Igreja de São Sebastião. Solicitou, igualmente, um ponto de situação relativamente ao Parque Urbano de Lagos e ao projeto das taxas e tarifas.-----

-----O Sr. Mário Santos (CHEGA) lembrou que, nos últimos anos, foram aprovadas várias propostas relativas aos Bombeiros e questionou quais das medidas aprovadas por este órgão já tinham sido implementadas e se a isenção de IMI já estava a ser aplicada. Questionou ainda para quando estava prevista a construção integral dos edifícios aprovados e qual era o ponto de situação das intervenções na Praia do Camilo e da Ponta da Piedade.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) disse que já estava habituado a que as culpas fossem sempre atribuídas aos outros. Lembrou que, em abril de 2021, tinha sido assinado um protocolo de delegação de competências, noticiado pela Câmara Municipal, no qual constava a transferência da gestão dos passeios nascente e poente da Avenida dos Descobrimentos, da zona envolvente ao Forte da Ponta da Bandeira e do Cais da Solaria. Acrescentou que, de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal dispunha de dez dias úteis para responder aos requerimentos, recordando que o requerimento sobre este assunto, apresentado a 19 de março, ainda não tinha obtido resposta.-----

-----Durante esta intervenção foi apresentado o seguinte diapositivo:



-----O Sr. Eduardo Ribeiro (PS) questionou qual era a fonte da notícia e disse que gostaria de ver o protocolo assinado com a Docapesca.-----

-----O Sr. João Campos (AD) questionou se existia alguma intervenção que pudesse ser realizada relativamente ao estado do passeio da Avenida da Fonte Coberta e em que moldes poderia ser concretizada. Lembrou que aquela zona ainda mantinha características rurais, apesar de constituir uma área de potencial expansão da cidade, sendo muito utilizada pela população para a prática de atividade física. Relativamente à rodoviária, afirmou que a mobilidade naquele local era caótica para os automóveis, devido às constantes alterações das vias de sentido único. Referiu ainda que o estacionamento dos autocarros, nomeadamente dos de longo curso, constituía um problema. Lembrou que a principal vantagem da rodoviária era a sua localização central. No entanto, o facto de estar rodeada por outras infraestruturas impedia a sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 143v.

expansão. Neste contexto, questionou de que forma a Câmara Municipal encarava este problema. Lamentou a falta de resposta e as insuficientes condições de funcionamento da infraestrutura. Defendeu ainda que os autocarros da ONDA, por prestarem um serviço distinto do da rodoviária, deveriam estacionar noutro local, permitindo assim libertar espaço no terminal para outros serviços de transporte de passageiros, promovendo uma maior concorrência e a aplicação de preços mais competitivos.-----

-----O Sr. Rui Rodrigues (LCF) questionou quais as diligências que o Município tinha efetuado junto da ULS Algarve para reforçar os serviços de saúde, nomeadamente no que respeita à falta de médicos de família e de outros profissionais de saúde, bem como se estava prevista a construção de novas infraestruturas na área da saúde. Relativamente à habitação, questionou quantas famílias e quantos jovens se encontravam inscritos nos programas municipais de habitação. No âmbito da Proteção Civil, questionou qual era o ponto de situação do abrigo de emergência, se existiam meios suficientes para o combate aos incêndios e como estava a ser preparada a resposta do Município a eventuais sismos e tsunamis.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) revelou que os pescadores se queixavam de que o tamanho dos pontos de amarração era insuficiente, uma vez que, nalguns casos, não cumpria a dimensão mínima correspondente a dois terços do comprimento da embarcação. Acrescentou que, já que estava prevista uma intervenção nos molhes, estes deveriam ser prolongados para sueste. Relativamente à interdição da Praia da Dona Ana, na sequência da deteção de *Escherichia coli* e enterococos, afirmou que tal significava que existia algum problema na descarga de esgotos e questionou quais eram as medidas urgentes que o Executivo pretendia adotar para resolver esta situação.-----

-----A Sra. Margarida Maurício (CHEGA) lembrou que, pelo projeto Viver o Verão, já passaram centenas de jovens. Referiu que este projeto lhes permite adquirir experiência nas mais diversas áreas e promove o convívio intergeracional. No entanto, salientou que, todos os anos, se verifica uma enorme lista de espera e, nesse sentido, questionou se existiam condições para abranger um maior número de jovens, recorrendo aos recursos já disponíveis, de forma a apoiar mais famílias durante os períodos de ocupação dos tempos livres dos mais jovens.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) lembrou que ao se assinar o protocolo se estava a aceitar todas as cláusulas do mesmo.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) lembrou que, no dia 20 de abril, o Grupo Municipal da AD tinha enviado um requerimento sobre a construção dos catorze fogos de Bensafrim, no qual se questionava qual tinha sido o cálculo efetuado para se chegar ao valor de 450.000,00 € (quatrocentos e cinquenta mil euros), uma vez que as obras ainda não tinham sido iniciadas. Posteriormente, devido à obrigatoriedade de suspensão das obras do Núcleo de Arqueologia, iniciadas em 2022, a indemnização apurada foi de 190.704,00 € (cento e noventa mil, setecentos e quatro euros). Nesse sentido, questionou como era possível que a indemnização relativa a uma obra iniciada em 2022 fosse mais baixa do que a prevista para uma obra que ainda iria ser iniciada. Lembrou ainda que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim continuava a



aguardar pela reunião para discutir o futuro dos catorze fogos.-----
-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) solicitou um ponto de situação relativamente às obras do Núcleo de Arqueologia, que estavam paradas há mais de três anos. Referiu que, apesar disso, a Câmara Municipal tinha aprovado a quebra do contrato e previa uma indemnização no valor de 190.000,00 € (cento e noventa mil euros), acrescido de IVA, e questionou qual seria o impacto desta indemnização para os lacobrigenses.----
-----O Sr. Daniel José (CDU) questionou para quando estava previsto o início das obras na antiga ElectroLagos na zona de Santo Amaro.-----
-----A Sra. Maria João Batista (PS) disse ser com satisfação que verificava que as obras na fonte cibernética tinham sido concluídas e que a fonte já estava a funcionar normalmente, considerando tratar-se de um passo importante para a economia e para a imagem da cidade. Destacou a implementação de ecocentros móveis, que vieram reforçar o compromisso com a sustentabilidade e facilitar a participação da sociedade na reciclagem e na boa gestão dos resíduos, considerando que esta era uma questão de cidadania que permitia manter a cidade limpa, e apelou a que todos fizessem a sua parte. Deu as boas-vindas ao Sr. Comissário Fábio Coelho e ao Sr. Hélio Jesus, que integraram o Comando da Polícia Municipal, eram provenientes da PSP e conheciam a realidade local, considerando que, com a sua experiência, seriam uma mais-valia para a segurança do Concelho. Enalteceu a postura do Sr. Comandante Fábio Coelho, que demonstrava proximidade, liderança, visibilidade, humanismo e pedagogia, sempre em prol do interesse público. Relativamente à saúde mental, referiu que esta se tinha tornado uma das maiores urgências de saúde pública, uma vez que, na faixa etária dos 18 aos 24 anos, cerca de 50% dos jovens apresentavam sintomas de ansiedade, burnout e depressão. Enalteceu a visão estratégica do Município no âmbito da educação, da juventude e do desporto, através do investimento na prevenção e do apoio psicológico no terreno. Referiu que o Município tinha ido ao encontro dos jovens, em vez de esperar que fossem eles a pedir ajuda. Através do Programa Cuida-te Mais, era prestado apoio ao nível da saúde mental e do bem-estar emocional, nomeadamente através da presença nas escolas secundárias, onde, por intermédio de uma unidade móvel, vinha sendo desenvolvido um trabalho de proximidade junto dos jovens em risco. Disse ainda que, através do projeto Gulbenkian Emprega, se pretendia apoiar os jovens que não trabalhavam, não estudavam nem se encontravam em formação e que, em conjunto com os agrupamentos de escolas, se procurava combater a exclusão social e a ansiedade gerada pela situação de desemprego. Sobre os narcóticos, informou que estava a ser desenvolvida uma ação junto da Escola Gil Eanes, com o objetivo de capacitar os estudantes para a problemática dos narcóticos e dos comportamentos aditivos de risco, que muitas vezes eram utilizados como forma de contrariar sensações psíquicas negativas. Disse que o programa Academia de Rua era um exemplo de inclusão, por ser personalizado e permitir captar o talento de cada jovem, dando alguns exemplos. Por fim, questionou se o Município tinha algum projeto mais estruturado no âmbito da saúde mental.-----
-----O Sr. Mário Santos (CHEGA) questionou se o Sr. Presidente da Câmara já tinha alguma ideia de algum terreno para a construção do novo edifício dos Bombeiros.---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 144v.

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) questionou se as 23 licenças de ruído e a licença para um carrossel eram referentes ao parque de diversões criado no campo de futebol da Trindade e requereu uma cópia de todo o processo de licenciamento deste parque. Relativamente à situação da Rodoviária, inserida na UOPG-5, disse que deveria ser evitado o «remendo urbanístico» previsto e lembrou que, até ao dia 10 de julho, se encontrava em consulta pública o Regulamento Municipal de Utilização e Funcionamento do Interface Rodoviário. Considerou ainda que a zona de espera deveria dispor de melhores condições. Solicitou um ponto de situação relativamente ao processo do Hotel Golfinho. Relativamente ao projeto Viver o Verão, questionou de que forma tinha sido comprovada a residência dos inscritos, uma vez que, no ato da inscrição, não era solicitada a morada. Questionou ainda por que motivo o regulamento não tinha em consideração o escalão do abono de família e a situação económica das famílias, bem como se era verificado se ambos os progenitores trabalhavam durante o verão, uma vez que se trata da época alta. Questionou também quantas crianças tinham sido inscritas com isenção de pagamento. Relativamente às câmaras de videovigilância, solicitou um ponto de situação sobre a instalação das câmaras nos limites do Concelho e lembrou que, para uma das entidades, a videovigilância já tinha sido aprovada. Questionou se já tinha sido emitida a autorização para a outra entidade, o que estava a atrasar o processo e qual era a previsão para a entrada em funcionamento do sistema. Relativamente aos caminhos rurais, referiu que tinha sido transmitida a informação de que, nas obras de reparação dos mesmos, eram consumidas cerca de 1,811 toneladas de inertes e questionou quantos caminhos faltavam reparar, quando seriam realizadas essas intervenções e o que faltava para concluir a respetiva reparação. Sobre os buracos existentes em vários pontos da cidade, disse que alguns eram tapados, ficando com um efeito semelhante a uma lomba, enquanto outros ficavam desnivelados, provocando novos buracos. Alertou ainda para a necessidade de os documentos serem revistos antes de serem entregues à Assembleia Municipal, de forma a evitar gralhas como a que constava desta informação, uma vez que, apesar de se estar no mês de junho, o documento referia que, entre 1 e 28 de outubro de 2026, tinham sido levantados 138 autos de contraordenação, o que levava a questionar se os restantes dados apresentados estavam corretos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, relativamente à transferência do Aeródromo, respondeu que o processo estava em curso e se encontrava numa fase bastante avançada. Em termos de localização, informou que estava a aguardar um parecer da APA e da CCDR, mas que o assunto continuava em discussão. Relativamente à Escola Conde de Ferreira, esclareceu que o concurso seria aberto em breve. Quanto à Igreja de S. Sebastião e à área envolvente, informou que o projeto se encontrava a ser revisto. Relativamente ao Parque Urbano, informou que o projeto já se encontrava em fase de execução e que o estudo prévio tinha sido aprovado. Quanto ao projeto das Taxas e Tarifas, respondeu que esperava que estivesse concluído até ao final do ano, de forma a entrar em vigor em 2027, encontrando-se o respetivo regulamento em revisão e atualização. Relativamente à construção na antiga Electrolagos, respondeu que estava em curso o projeto de



arquitetura e das diversas especialidades, com vista à demolição do edificado existente e à construção de 54 fogos. Quanto à isenção de IMI para os Bombeiros, respondeu que esta era uma medida que não poderia ser implementada de forma avulsa e que estava a ser estudada no âmbito da atualização das Taxas e Tarifas, a aplicar a partir do próximo ano, esperando-se que tivesse um impacto muito residual. Sobre a localização dos Bombeiros, disse ter em mente uma possível localização para o novo quartel, mas que ainda estava a ser estudada a possibilidade de aquisição de um terreno para esse efeito. Acrescentou que esse terreno poderia também servir a rodoviária, nomeadamente para o estacionamento de autocarros. Relativamente à questão dos pescadores, explicou que o que estava a ser feito na Marina de Lagos tinha por base as instruções das várias entidades náuticas e profissionais, tendo os pontos de amarração sido definidos com base nas listagens entregues. Relativamente ao molhe, disse que já tinha falado com um pescador sobre a possibilidade de o expandir para sueste e referiu que se trataria de uma grande transformação que a Docapesca deveria realizar, de forma a pôr termo à anarquia existente no local. Apesar disso, acreditava que, quando a expansão da Marina/Docapesca estivesse concluída, a Docapesca poderia vir a requalificar a sua zona de jurisdição. Explicou que, em 2024, numa exposição dirigida ao Sr. Secretário de Estado do Mar, tinha sido abordada a intenção de proceder à expansão do pontão contíguo e a possibilidade de expansão do molhe leste, da responsabilidade da DGRM, não tendo, contudo, sido obtida qualquer resposta. Relativamente à Praia da Dona Ana, explicou que o aparecimento das bactérias tinha coincidido com o aparecimento de algas e que, assim que foi possível removê-las, tal foi efetuado, tendo explicado o procedimento adotado. Relativamente ao projeto Viver o Verão, informou que o Município era vítima do sucesso do projeto e que seria impossível alargá-lo a mais crianças, uma vez que estava dependente do número de voluntários, que eram remunerados. Lembrou que o projeto era desenvolvido em conjunto com várias instituições, não sendo possível aumentar o número de participantes. Relativamente à Praia do Pinhão, explicou que, por decisão da APA, a praia se encontrava interdita, na sequência da delegação de competências no Município, até que a requalificação dos acessos estivesse concluída e estivesse garantida a segurança de todos. Relativamente ao Núcleo de Arqueologia, referiu que a intenção do Município era avançar, ainda no corrente ano, com a obra. Explicou que o valor da indemnização tinha sido devidamente fundamentado pelos serviços jurídicos do Urbanismo e que, após um pedido apresentado, o processo tinha sido analisado, tendo-se chegado àquele valor. Relativamente à fonte cibernética, explicou que esta tinha de ser reavaliada e que, por esse motivo, tinha sido desativada, com o objetivo de ser posteriormente reativada após a conclusão desse processo. Relativamente à Avenida da Fonte Coberta, informou que a situação era complexa e que se tinha iniciado quando foram plantados pinheiros. Referiu que, atualmente, se estava a tentar resolver o problema sem sacrificar nenhuma daquelas árvores. Para esse efeito, tinha sido criado um grupo de trabalho que haviam sido consultados especialistas. Uma das possíveis soluções passaria pelo levantamento do nível do passeio e da estrada, embora considerasse que tal apenas adiaria a resolução do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 145v.

problema. Relativamente ao terminal rodoviário e à UOPG, explicou que se pretendia retirar daquele local a lavagem de autocarros, o posto de combustível e o estacionamento existente, aguardando-se, primeiro, pelo resultado da UOPG. Relativamente à ULS, respondeu que existia falta de médicos e de equipamentos. Quanto a estes últimos, lembrou que o concurso para o Centro de Saúde tinha ficado deserto e que, de momento, estavam a decorrer conversações com a ULS para decidir o que fazer com aquele projeto, nomeadamente se deveria manter-se como uma unidade de cuidados de saúde primários. Aguardava-se uma decisão e, entretanto, tinha-se procurado resolver o problema da falta de recursos humanos, estando o Município a aguardar uma resposta sobre se esse processo já tinha sido concluído. Relativamente ao número de famílias inscritas para habitação, informou que eram cerca de seiscentas e que, atualmente, estava aberto um concurso para 220 casas. Previa ainda que, até ao início do próximo ano, pudessem ser colocadas a concurso 500 casas para venda a custos controlados. Relativamente ao plano sísmico, respondeu que tinha sido decidido não elaborar um plano municipal, mas sim um plano de âmbito regional, a ser assumido pela Proteção Civil. Relativamente à construção dos 14 fogos no Largo do Mercado, em Bensafrim, informou que, durante o mês de julho, iria realizar-se uma Reunião de Câmara extraordinária e privada, na qual seria convidado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim para discutir o tema. Sobre as críticas efetuadas pelo Grupo Municipal da AD fez a seguinte intervenção: «Em relação à maneira como o PSD entende os contratos que assina, os que não assina e sobre estar ou não embaraçado, quero dizer que, para mal de Lagos, sou o Sr. Presidente da Câmara Municipal desde 2021. Acho que, de uma vez por todas, têm de entender que quem manda é o povo de Lagos. E quem fica a governar é o povo de Lagos. Independentemente de o deputado Nuno Rocha não gostar que eu seja Presidente da Câmara há tanto tempo, tem de aceitar as eleições. As eleições são assim: ganha quem tem mais votos. E quem tem ficado embaraçado, claramente, não tenho sido eu. Tem sido o deputado Nuno Rocha, que fica sempre muito embaraçado e muito incomodado com o povo de Lagos. O povo de Lagos vota em mim. O deputado olha para mim e acha que eu não tenho competência, mas a cidade entende que tenho. Se calhar, tem de se olhar ao espelho e perguntar: “Espelho meu, porque é que ganha o Hugo e não ganho eu?”. Olhe ao espelho e pergunte-se porque é que não conseguiu ganhar. Se calhar, aí vai ver que a população de Lagos não é burra e que a inteligência não está apenas em si. Comece a considerar mais a população de Lagos, porque quem decide quem fica a governar é o povo. Eu sei que o seu fanatismo pelo Trump é evidente, e já comecei a percebê-lo. No outro dia, eu era da Iniciativa Liberal. Entretanto, quase concluí que a razão pela qual foi novamente convidado pelo PSD a vir para cá poderá estar relacionada com isto: entre o seu fanatismo pelo Trump, as insinuações de que, nos concursos para projetos de arquitetura, é sempre a mesma empresa a ganhar, as afirmações de que existe uma empresa que ganhou a construção dos fogos, mas que aparentemente não terá capacidade para os executar, e um conjunto de outras inverdades, chego, por vezes, a pensar que poderá haver aqui uma tentativa de estar muito próximo de uma determinada forma de fazer política. Não me refiro, naturalmente, ao CHEGA local, mas àquilo que se tem vindo a



verificar a nível nacional, nomeadamente a propagação de afirmações que nem sempre correspondem à verdade. E isso, por vezes, dá-me que pensar: se é da Iniciativa Liberal e está claramente à direita do PSD, será que estamos perante uma tentativa de, em Lagos, ocupar um espaço político que, de alguma forma, possa impedir o crescimento do CHEGA? É que, tendo em conta aquilo a que tenho assistido, começo a questionar se não será essa a verdadeira razão que está por detrás de tudo isto. Por isso, aquilo que lhe digo é: não se preocupe comigo, faça a sua política. Eu não estou embaraçado. Já lhe disse que, no limite, se estivesse embaraçado, seria em linguagem espanhola, não em linguagem portuguesa. E respeitamos a decisão do povo.» Relativamente ao contrato assinado, esclareceu que este estabelecia que os bens e competências que eram da Docapesca passavam para a Câmara Municipal, ao contrário daqueles que se encontravam sob a alçada da DGRM. Relativamente aos molhes e à dragagem, referiu que, segundo o Sr. Secretário de Estado, eram da competência da DGRM. Relativamente à licença do carrossel, esclareceu que esta dizia respeito ao equipamento que se encontrava na Rua Portas de Portugal. Quanto aos buracos existentes na cidade, explicou que havia muitas obras a decorrer em simultâneo. Sobre o sistema de videovigilância, respondeu que o processo se encontrava no Ministério da Administração Interna e que, apenas quando estivesse totalmente autorizado, seria aberto o concurso para a respetiva execução. Relativamente ao projeto Viver o Verão, disse que tinham de ser cumpridas as regras. Por fim, relativamente ao Hotel Golfinho, informou que, não tendo sido apresentada qualquer reação à intenção de declaração de caducidade, o processo seria submetido a uma próxima Reunião de Câmara para ser declarada a caducidade do alvará.-----
-----A Sra. Maria João Caetano (AD), em Defesa da Honra, disse que o seu parceiro de bancada não tinha insultado nem feito quaisquer considerações sobre o Sr. Presidente da Câmara e, por isso, este não tinha o direito de atacar quem quer que fosse, independentemente da bancada a que pertencesse.-----
-----O Sr. Daniel José (CDU) informou que, no Bairro 28 de Setembro, se encontravam viaturas estacionadas há bastante tempo e que, apesar de a Câmara Municipal ter informado os proprietários de que dispunham de alguns dias para proceder à sua remoção, continuava tudo na mesma. À semelhança destas viaturas, referiu que se encontrava também uma carrinha mal-estacionada há cerca de três anos. Sobre o semáforo junto ao Intermarché, disse tratar-se de um equipamento muito importante para aquela zona que, apesar de se estar em período de férias escolares, deveria ser reparado, dada a sua importância. Relativamente à estrada entre Barão de São João e Barão de São Miguel, disse que esta se encontrava praticamente sem sinalização. Felicitou o Executivo pelo facto de, nesta informação, as obras se encontrarem detalhadas, permitindo perceber o ponto de situação das empreitadas, o que considerou de valorizar. Destacou ainda a criação dos ecocentros, que considerou fazerem muita falta no Concelho.-----
-----O Sr. Nuno Rocha (AD) lembrou que, apesar do novo comando da Polícia Municipal, os problemas persistiam no Centro Histórico, uma vez que a Praça Luís de Camões continuava a ser uma vergonha, o tráfico de droga persistia e as situações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 146v.

não se resolviam através de editais. Referiu que, no caso da Praça Luís de Camões, não era aceitável que permanecessem constantemente no local pessoas embriagadas e outras a fazer as suas necessidades no meio da rua, considerando que a Polícia Municipal deveria fazer cumprir a lei.-----

-----O Sr. Eduardo Ribeiro (PS) referiu que se tinha assistido a um discurso de baixo nível e que, apesar de a Assembleia Municipal ser um órgão fiscalizador, não se tinha o direito de estar constantemente a insinuar que se estava a favorecer uma determinada empresa, como já tinha sido afirmado várias vezes pelo Sr. Nuno Rocha. Disse ainda que, sendo eleitos pelos lacobrigenses, tinham de se comportar como tal, independentemente da opinião que tivessem sobre a ação do Executivo. Sugeriu, por isso, que a Mesa admoestasse quem proferisse este tipo de afirmações. Sobre as críticas de várias pessoas à atuação da Polícia Municipal, disse que, quando era apresentada uma denúncia, por exemplo, relativamente ao estacionamento abusivo, a Polícia Municipal atuava em conformidade.-----

-----O Sr. Rui Araújo (AD) respondeu que o Sr. Nuno Rocha nunca tinha falado em favorecimento de uma empresa e lembrou que, na 1.ª reunião desta Sessão, o Regimento e a lei não tinham sido respeitados pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Daniel José (CDU) referiu que se encontrava uma carrinha mal-estacionada há três anos e que, há pouco tempo, tinha sido colocado no local um aviso, ficando a aguardar pela atuação da Polícia Municipal.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD), em Defesa da Honra, desafiou todos os Membros da Assembleia a reverem as atas e os vídeos das reuniões para verificarem se alguma vez tinha falado em favorecimento de empresas. Referiu que, na realidade, a única vez que tinha falado sobre a empresa em questão foi para questionar, face à grande quantidade de adjudicações, quais eram as garantias de as obras serem concluídas dentro dos prazos estipulados, tendo-lhe sido respondido que seriam as previstas na lei. Relativamente às inverdades, sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que lhe indicasse uma e, caso se confirmasse, retratar-se-ia.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) referiu que, apesar de ser um assunto da competência da Polícia Marítima, na Praia do Porto de Mós, os concessionários tinham construído uma barreira de areia, pelo que se deveria estar atento a eventuais irregularidades.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que já tinham pressionado as Finanças, tendo estas removido os veículos e depositado junto às suas instalações, o que acabou por prejudicar os moradores que ali residem. Esclareceu que, caso os veículos não fossem removidos num curto espaço de tempo, tal se devia à necessidade de verificar se os mesmos não eram objeto de quaisquer penhoras, uma vez que, se o Estado procedesse da mesma forma que o Município, acabaria por leiloar essas viaturas como sucata.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 45 minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Maria Paula Couto (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 59 minutos.-----



-----**PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I. P., NO MUNICÍPIO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-711-15.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, explicou que este documento tratava de uma delegação de competências da APA para o Município, com o objetivo de permitir a estabilização da arriba da Praia do Pinhão, que tinha ruído há três anos. Desde então, o Município tinha solicitado que esta questão fosse resolvida o mais rapidamente possível, de forma a conferir alguma dignidade àquela zona. Explicou que os algares acabaram por sofrer o desfecho que todos conheciam e lamentou que, apesar das barreiras colocadas para impedir o acesso à escadaria, as pessoas continuassem a aceder ao local. Nesse sentido, para permitir uma resposta mais rápida, a APA decidiu delegar esta competência no Município. No entanto, referiu que a situação dos acessos à Praia do Camilo e à Ponta da Piedade era também preocupante e que existia um compromisso da APA para delegar igualmente essa competência na Autarquia. Esperava que a Agência compensasse a Câmara Municipal através de um aviso no âmbito de um quadro comunitário, para o qual já se encontrava aberta uma candidatura. Por fim, felicitou a APA por ser um parceiro disponível para delegar competências, permitindo, desta forma, resolver os problemas existentes no Concelho.-----

-----O Sr. Daniel José (CDU) lembrou que, em 17 de junho de 2025, tinha sido assinado um contrato com a Geoárea, no valor de 13.535,00 € (treze mil, quinhentos e trinta e cinco euros), para a realização de uma campanha de prospeção geofísica na arriba da Praia do Pinhão, com um prazo de execução de 45 dias. Questionou se o valor da obra já contemplava esse montante ou se o Município já tinha sido ressarcido dessa verba pela APA.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que o Município não poderia vir a ser ressarcido dessa despesa, uma vez que apenas seriam contabilizadas, nesta fase, as despesas consideradas elegíveis para a intervenção de estabilização da arriba. Lembrou que se encontravam a decorrer estudos para a zona da Trindade, com vista à elaboração de um Plano de Pormenor, a pedido da APA e de outras entidades. Explicou que todas as entidades do Estado têm de emitir parecer sobre os Planos de Pormenor, os Planos de Urbanização e os Planos Diretores Municipais (PDM). Referiu que este estudo poderia ficar excluído do financiamento, uma vez que foi solicitado no âmbito do Plano de Pormenor, e que, por ter sido realizado fora do aviso de financiamento, nunca seria objeto de reembolso.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) informou que a APA tinha enviado a minuta do contrato em 28 de agosto de 2025 e que, em 3 de março de 2026, a Câmara Municipal lhe remeteu uma proposta de alteração, com duas preocupações principais: o prazo de execução da obra e o tribunal competente para dirimir eventuais litígios. Referiu que a preocupação do Grupo Municipal da AD incidia, sobretudo, sobre as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 147v.

obrigações assumidas pelo Município, nomeadamente a de assegurar o financiamento, suportando os encargos necessários à execução da empreitada e à respetiva fiscalização externa. Explicou que esta empreitada se enquadrava no PAX Sustentável 2030, concretamente no Aviso 2025-14, que já se encontrava na terceira fase desde outubro de 2025 e previa uma comparticipação de 85%, à qual o Município se deveria ter candidatado. Lembrou ainda que competia igualmente ao Município pressionar as várias entidades para que os problemas fossem resolvidos, salientando que a candidatura podia ser apresentada até 20 de outubro de 2026 e recordando o que tinha acontecido com os fundos comunitários destinados à habitação. Por fim, questionou qual era a manutenção que estava a ser efetuada, quer na escadaria da Praia do Camilo, quer no arvoredo envolvente, e perguntou se o financiamento da intervenção se encontrava assegurado.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, esclareceu que a APA tinha informado que a candidatura deveria ser apresentada ao Aviso 2025-14, com uma comparticipação de 1.000.000,00 € (um milhão de euros). Leu o protocolo e informou que a valorização da arribas da Praia do Porto de Mós já se encontrava em curso. Sobre o protocolo, esclareceu que se tratava de uma situação muito complexa e que tinha havido uma discussão técnica aprofundada, que não constava do processo. Lembrou que o que estava em discussão era a aceitação, por parte da Assembleia Municipal, da delegação de competências da APA no Município, e informou que só naquele momento tinha sido possível validar o processo. Disse ainda que o financiamento estava garantido. Explicou que, sempre que estivesse em causa o superior interesse do Concelho, o Município assumiria as suas responsabilidades. Relativamente à Praia do Camilo, lembrou que a estrada era intervencionada todos os anos. No entanto, devido ao inverno rigoroso deste ano, as escadarias das praias do Pinhão e do Camilo ficaram descalças, conduzindo à situação que se verificava atualmente. Informou que a parceria com a APA era estabelecida anualmente e que, se a situação tinha chegado ao ponto que era do conhecimento de todos, tal se devia às chuvas ocorridas no final de 2025 e não à falta de manutenção, como tinha afirmado o Sr. Nuno Rocha, do Grupo Municipal da AD. Explicou que o protocolo estava preparado e que ficariam a aguardar para perceber quais as intervenções necessárias, motivo pelo qual o processo tinha demorado tanto tempo. Disse ainda que a estaca de suporte da escadaria da Praia do Camilo se encontrava suspensa, obrigando ao encerramento do acesso.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) lembrou as palavras do Sr. Eduardo Ribeiro, do Grupo Municipal do PS, de que era necessário manter um discurso elevado. Considerou que, na intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, tinham sido proferidas mais acusações e chamou a atenção da Sra. Presidente da Assembleia Municipal para a obrigação de manter um discurso elevado em todo o plenário e no Executivo Municipal.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) corrigiu que o aviso não estava aprovado, mas sim aberto, referindo que se tratava do Aviso da Proteção e Defesa do Litoral – Ações Materiais, sexto aviso. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha dado a entender que a candidatura tinha sido submetida e aprovada. No entanto, essa candidatura não constava do Portal Mais Transparência. Relativamente aos



requerimentos sem resposta, lembrou que o Regimento da Assembleia Municipal não estava a ser respeitado e que continuavam a existir requerimentos por responder. Aconselhou o Sr. Presidente da Câmara Municipal a dedicar mais tempo à análise da relação de requerimentos, uma vez que, se estes fossem respondidos, muitas das perguntas formuladas durante as Sessões da Assembleia Municipal deixariam de ser necessárias, por os membros já disporem dessa informação, tornando as intervenções mais objetivas. Por fim, questionou como é que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, não constando a candidatura ao Aviso 2025-14 no Portal Mais Transparência, tinha a certeza de que o financiamento estava aprovado.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) questionou se o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha uma estimativa do valor da obra, uma vez que ainda não existia um projeto, e solicitou que fosse entregue um comprovativo do valor da obra, bem como da garantia de aprovação do financiamento.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que, mesmo que a obra não tivesse financiamento, o Município avançaria com fundos próprios. Explicou que a candidatura ficaria sinalizada e lembrou que o Município nunca poderia ter apresentado a candidatura anteriormente, uma vez que o protocolo ainda não estava assinado. Garantiu que as intervenções na Praia do Pinhão, na Praia do Camilo e na Ponta da Piedade avançariam, mesmo que não houvesse financiamento externo, mas afirmou esperar que a APA não falhasse com a Autarquia.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) respondeu que o que o Grupo Municipal da AD pretendia era rigor e lamentou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não tivesse a mesma atitude relativamente ao Parque Júdice Cabral, ao Jardim das Freiras e ao caos no Centro Histórico. Concluiu que não havia nenhuma candidatura submetida nem aprovada. Lembrou que a cidade nunca tinha chegado ao ponto em que se encontrava e salientou que o Grupo Municipal da AD tinha toda a legitimidade para questionar o Executivo sobre os documentos apresentados.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) lembrou que este assunto era de extrema importância, uma vez que estava em causa a segurança dos lacobrigenses e que, devido à derrocada, era necessária uma intervenção urgente. Lembrou que a orla costeira era da responsabilidade do Estado Central e que, perante a inércia do Governo, mais uma vez, o Município tinha decidido substituir-se ao Estado antes que acontecesse uma tragédia. Disse não compreender a posição da oposição, que considerava politicamente irresponsável. Concluiu afirmando que a prioridade do Grupo Municipal do PS era a segurança das pessoas e questionou: se o Município não avançasse, quem avançaria e quando seria realizada a obra.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) disse não compreender a dualidade de critérios que levava a que, neste caso, o Sr. Presidente da Câmara Municipal aceitasse e rubricasse tudo, enquanto, noutros casos, não aceitava por considerar que não era da sua responsabilidade. Questionou ainda o que o Grupo Municipal do PS queria dizer quando afirmava que se estava a pagar para que não se construíssem casas.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Cinco da Ordem do dia: **PROPOSTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA AGÊNCIA**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 148v.

PORTUGUESA DO AMBIENTE, I. P., NO MUNICÍPIO DE LAGOS, que obteve o seguinte resultado:

	PS	AD	CHEGA	LCF	CDU	Total
VOTOS A FAVOR	13	0	4	1	1	19
ABSTENÇÕES	0	6	0	0	0	6
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 103/AM/2026:**

-----**Deliberado**, por maioria, com 19 votos a favor (13 do PS [Carlos Fonseca, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Sofia Santos, Sónia Melo], 4 do CHEGA [Carlos Carmelino, Margarida Correia, Mário Santos, Sandra Oliveira], 1 da LCF [Rui Rodrigues] e 1 da CDU [Daniel José]) e 6 abstenções da AD (Carlos Vieira, João Campos, Maria João Caetano, Miguel Silva, Nuno Rocha, Rui Araújo), aprovar a proposta de Protocolo de Delegação de Competências da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., no Município de Lagos conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 20 de maio de 2026, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----**PONTO 6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOS MANDATO 2025-2029:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-711-16.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) disse que, tendo em conta que, nestes conselhos, existe uma grande rotatividade de membros, questionou por que motivo não foram indicados apenas os nomes das instituições. Questionou ainda se não existiria um conflito de interesses por parte da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que é diretora do Agrupamento de Escolas Gil Eanes.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que, caso existisse um conflito de interesses, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal poderia abster-se de votar no ponto em que tal situação se verificasse. Relativamente aos nomes, respondeu que as entidades tinham sido contactadas e tinham designado as pessoas que constavam da lista submetida a votação. Acrescentou que, sempre que não pudessem comparecer, poderiam delegar noutra pessoa a sua presença na reunião, exemplificando.-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Maria Paula Couto (PS) esclareceu que, sempre que sentisse que haja algum impedimento se faria substituir pela Sra. Subdiretora do Agrupamento.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) questionou o porquê de estar o nome das pessoas sendo que são as entidades que estão representadas no Conselho.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Seis da Ordem do dia: **PROPOSTA DE**



COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOS MANDATO 2025-2029, que obteve o seguinte resultado:

	PS	AD	CHEGA	LCF	CDU	Total
VOTOS A FAVOR	13	0	0	1	1	15
ABSTENÇÕES	0	6	4	0	0	10
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 104/AM/2026:**

-----**Deliberado**, por maioria, com 15 votos a favor (13 do PS [Carlos Fonseca, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Sofia Santos, Sónia Melo], 1 da LCF [Rui Rodrigues] e 1 da CDU [Daniel José]) e 10 abstenções (6 da AD [Carlos Vieira, João Campos, Maria João Caetano, Miguel Silva, Nuno Rocha, Rui Araújo] e 4 do CHEGA [Carlos Carmelino, Margarida Correia, Mário Santos, Sandra Oliveira]), aprovar a composição do Conselho Municipal da Educação conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 02 de junho de 2026, ao abrigo no disposto do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.-----

-----**PONTO 7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - ASSOCIAÇÃO MONTE MICAEL:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-711-17.-----

-----A Sra. Manuela Rodrigues (PS) informou que não iria participar na discussão e votação por estar impedida.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, agradeceu a presença do representante da Associação Monte Micael e explicou que o projeto Waldorf pretendia trazer uma nova escola para o Concelho, que, de forma faseada, chegaria ao 12.º ano de escolaridade, razão pela qual o Município também tinha abraçado este projeto. Informou que esta discussão remontava ao período da extinta Direção Regional da Agricultura, atualmente integrada na Vice-Presidência da CCDR Algarve, tendo em conta que o edifício estava classificado como armazém e que seria necessário alterar o seu tipo de utilização. No entanto, uma vez que parte do terreno se encontrava inserida em Reserva Agrícola Nacional (RAN), só após a Declaração de Interesse Público Municipal seria possível enviar o pedido à entidade competente. Apenas após a emissão de parecer favorável seria o processo remetido ao Sr. Secretário de Estado, para que pudesse ocorrer a desclassificação da parcela de terreno. Relativamente ao processo, informou ainda que os serviços de Urbanismo, Jurídicos e de Educação tinham emitido parecer favorável. O processo tinha sido posteriormente submetido à Reunião de Câmara e, agora, à Assembleia Municipal, para que pudesse prosseguir com o projeto de arquitetura e de especialidades, desenvolvido pela Câmara Municipal em conjunto com a Associação Monte Micael,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 149v.

permitindo avançar com a instalação desta escola. Informou que a escola se situaria no Monte Judeu e que, se o projeto estava agora a avançar, tal se devia ao trabalho desenvolvido pela Associação Monte Micael junto da CCDR.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) referiu ser admiradora das escolas Waldorf, por apresentarem, na sua opinião, bons resultados, mas apresentou as seguintes reservas: - A declaração do Diretor Regional da Educação, anexa ao documento, datada de 23 de outubro de 2023, não estava emitida em nome da Associação Monte Micael, mas sim em nome da Associação Pedagógica de Estudos Waldorf, sediada em Vila do Bispo e autorizada pelo Ministério da Educação a desenvolver os três ciclos do Ensino Básico; - A Associação Monte Micael tinha sido criada apenas em 3 de fevereiro de 2025 e não estavam anexos ao documento os estatutos da associação, nem informação que permitisse concluir que esta se dedicava ao ensino; - Não estava definido o número de alunos nem o número de salas; - Na planta, a grande nave estava identificada como edifício principal e serviria para as aulas de Educação Física. No entanto, naquele momento, encontrava-se a funcionar no local um skatepark coberto, pelo que questionou se o mesmo estava devidamente licenciado; - Na planta de implantação, verificava-se que a escola dispunha de dois acessos a partir da estrada municipal, sendo um pedonal e outro automóvel, que passavam junto a um muro confinante. Nesse local estava assinalada uma zona destinada à largada e recolha de alunos, pelo que questionou se tinha sido solicitada a devida autorização ao proprietário do terreno confinante para a utilização daquele espaço. Lembrou ainda que, para que esta escola pudesse utilizar a designação e as marcas Waldorf, necessitaria de estar registada na Associação Portuguesa de Escolas de Pedagogia Waldorf e de obter autorização do Ministério da Educação para o seu plano de estudos próprio. Indicou o sentido de voto e sugeriu que o ponto fosse retirado para uma melhor avaliação.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que não considerava necessário retirar o ponto, uma vez que o projeto era da Waldorf e os corpos sociais da Waldorf e da Associação Monte Micael eram os mesmos. Referiu que a única questão que poderia ser suscitada seria o facto de a declaração datar de 2023 e ter sido emitida pela extinta Direção Regional de Educação. Considerou que não existia qualquer prejuízo para o Município e, relativamente às questões colocadas, respondeu que todas as situações tinham sido acauteladas pelos serviços. Explicou que, com esta declaração, poderia vir a ser possível proceder à delimitação da RAN e que, ainda assim, não seria possível que a escola viesse a expandir-se devido às regras urbanísticas aplicáveis. Informou ainda que a CCDR tinha transmitido que iria emitir parecer favorável, lembrando, no entanto, que o processo ainda teria de ser submetido ao Sr. Secretário de Estado. Acrescentou que, por uma questão administrativa e financeira, o grupo tinha optado por criar a Associação Monte Micael e que, apesar de os órgãos sociais serem comuns e de o ensino estar autorizado, tinham optado por separar os projetos. Por fim, concluiu que, comparativamente com o contributo que a Waldorf já tinha dado a Lagos, o pedido desta declaração era insignificante para o Município.-----



-----A Sra. Maria João Caetano (AD) questionou se o Sr. Presidente sabia que aquele skatepark existia e pertencia àquela associação.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que, relativamente ao facto de estar instalado no local um skatepark ou de o espaço se encontrar fechado, a situação seria exatamente a mesma. No entanto, explicou que o edifício tinha tido uma licença de utilização conjunta antes de serem emitidas licenças de utilização para as diferentes partes, sendo aquela uma forma de utilizar o espaço. Referiu que o edifício tinha sido adquirido pela associação há cerca de um ano e que, desde então, esta estava a angariar financiamento, de forma a reunir fundos próprios para avançar com este grande investimento. Por fim, manifestou a esperança de que, com a criação desta nova escola, a escola de Vila do Bispo não encerrasse e que ambas pudessem continuar a funcionar.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Sete da Ordem do dia: **PROPOSTA DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - ASSOCIAÇÃO MONTE MICAEL**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	AD	CHEGA	LCF	CDU	Total
VOTOS A FAVOR	12	1	0	1	1	15
ABSTENÇÕES	0	5	4	0	0	9
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 105/AM/2026:**

-----**Deliberado**, por maioria, com 15 votos a favor [12 do PS (Carlos Fonseca, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Paula Couto, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Sofia Santos e Sónia Melo), 1 da AD (Carlos Vieira), 1 da LCF (Rui Rodrigues) e 1 da CDU (Daniel José)] e 9 abstenções [5 da AD (João Campos, Maria João Caetano, Miguel Silva, Nuno Rocha e Rui Araújo) e 4 do CHEGA (Carlos Carmelino, Margarida Maurício, Mário Santos e Sandra Oliveira)], declarar de interesse público municipal o Projeto Escola em Monte Judeu, desenvolvido pela Associação Monte Micael, nos termos e para os efeitos previstos na alínea r) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 17 de junho de 2026.-----

-----Posto isto, atendendo a que, neste momento, estávamos perto das 24 horas a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a continuidade dos trabalhos após as 24 horas, que obteve o seguinte resultado:

	PS	AD	CHEGA	LCF	CDU	Total
VOTOS A FAVOR	12	4	4	0	1	22
ABSTENÇÕES	0	2	0	1	0	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 106/AM/2026:**

-----**Reprovada**, por não ter sido aprovado por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 4 do Artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lagos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 150v.

em vigor, com 3 votos contra (2 da AD [Maria João Caetano, Nuno Rocha] e 1 da LCF [Rui Rodrigues]) e 22 votos a favor (13 do PS [Carlos Fonseca, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Sofia Santos, Sónia Melo], 4 da AD [Carlos Vieira, João Campos, Miguel Silva, Rui Araújo], 5 do CHEGA [Carlos Carmelino, Margarida Correia, Mário Santos, Sandra Oliveira] e 1 da CDU [Daniel José]), a Proposta apresentada pela Mesa de prolongamento dos trabalhos após as 24 horas.-----

-----O Sr. Nuno Rocha, do Grupo Municipal da AD apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Eu penso que o ponto nove do relatório da habitação, sendo a principal preocupação dos lacobrigenses, exige que seja debatido de forma séria, rigorosa, participada. Porque eu acho que os lacobrigenses e os restantes munícipes do nosso concelho merecem que se trate da habitação aqui na cidade, porque para mim é o tema que mais preocupa. É onde o senhor Presidente mais falhou. Obrigado.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por voto eletrónico.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim a Sra. Presidente da Assembleia Municipal Maria Paula Couto (PS), após a consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 24 de junho de 2026, às 20.30 horas, hora regimental, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, no Ponto 8 da Ordem do Dia, eram 0 horas e 6 minutos, da madrugada do dia 24 de junho de 2026, tendo declarado encerrada esta Reunião, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, em exercício, Sra. Maria Paula Dias da Silva Couto.-

